



Racismo de Estado: perspectivas de uma guerra

BERNARDES, Célia Regina Ody. **Racismo de Estado**: uma reflexão a partir da crítica da razão governamental de Michel Foucault. Curitiba: Juruá, 2013. 172 p. ISBN 978-85-362-4225-5.

Valéria Cristina de Oliveira e Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso

Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil.
E-mail: rdcardoso@uol.com.br

Na contemporaneidade, diante de tantas formas de controle e observação dos corpos, tantos modos de regular e normalizar as condutas, abstermo-nos de pensar em assuntos considerados tabus, como o racismo, por exemplo. Este apesar de se referir a diversas formas de preconceito ou noções de diferença, é comumente confundido com o chamado ‘preconceito de cor ou raça’ e, sobre o qual produzimos discursos da negação de sua existência no Brasil, baseados na argumentação de que nossa miscigenação não admite tal forma de preconceito. Contudo, encontramos na obra *Racismo de estado: uma reflexão a partir da crítica da razão governamental de Michel Foucault*, de Célia Regina Ody Bernardes, com publicação em 2013, pela editora Juruá, uma reflexão bastante contundente e corajosa sobre uma prática de preconceito ou uma tecnologia de governo chamada por Foucault de ‘Racismo de Estado’.

A obra resulta da pesquisa de dissertação realizada para o mestrado em filosofia, cujo objetivo é apresentar as noções tratadas por Foucault no curso *Em defesa da sociedade* (1975-1976), no *Collège de France*, na Sorbonne, em Paris. Noções contempladas também com o primeiro livro da série *História da Sexualidade*, intitulado *A Vontade de Saber*. A partir, dessas duas obras, Bernardes traça um trabalho metodológico impecável no rigor e no cuidado com as referências e sua interpretação.

Este é o teor da excelência desta obra que apresenta desde o prefácio, sob autoria do professor Guilherme Castelo Branco atuante do Laboratório de Filosofia Contemporânea da UFRJ e do *Centre Michel Foucault* em Paris, a importância atribuída às fontes, às citações e ao cuidado com a interpretação, elementos que encontram elogios por parte do referido professor, principalmente pelo detalhamento da autora no que se refere ao que ele chama de fenômeno político do racismo de Estado. Além disso, o texto do prefácio salienta a preferência da pesquisadora em mostrar as possibilidades do diálogo contínuo com outros teóricos e autores,

contribuindo para trazer as discussões foucaultianas da razão governamental para a atualidade.

Numa sequência que nos parece acompanhar a racionalidade metodológica tão exigida nos estudos filosóficos, os leitores terão a argumentação bastante densa do pensamento foucaultiano quanto à formulação das noções de biopolítica, esta que, com o advento do capitalismo, veio a se tornar um modo de governo (termo emprestado de Foucault pela autora) dos corpos. Numa primeira asserção, a autora lastima, logo na introdução da obra, os poucos estudos institucionais sobre o tema, mobilizados em apresentar possibilidades de utilização atual dos conceitos erigidos por Foucault, como uma ferramenta para compreender as práticas políticas contemporâneas.

Contextualizadas as práticas governamentais de biopoder, Bernardes apresenta ainda na introdução de sua obra o que ela chama de “[...] condições de possibilidade para a emergência dos discursos do ‘racismo de Estado’” (BERNARDES, 2013, p. 21, grifo do autor). Razão da indagação do que Foucault entende por paradoxo do biopoder e de como um governo que gera a vida pode também causar a morte. Para pensar sobre tal problematização, a autora traça um percurso sobre as guerras, entendidas como práticas que se bifurcam para o lado de um grupo que as vê como luta ideológica entre dominados e dominadores, e de outro lado, um grupo de conservadores que as entende como uma eugenia ou limpeza étnica, de segregação e de normas. Outra contribuição de Bernardes está em argumentar sobre a importância da crítica filosófica à razão governamental; primeiro, porque a crítica concede-nos o direito da interrogação sobre as verdades governamentais difundidas como universais; e, ainda, por esse mesmo viés, podemos evidenciar os domínios pelos quais a razão governamental precisa ser analisada: como o eixo do saber, o eixo do poder e o eixo da ética.

A pesquisadora segue suas indagações nos alertando sobre a importância da ‘crítica arqueo-genealógica’, entendida por ela como uma oportunidade que os sujeitos constituídos pela racionalização da sociedade têm de se questionar constantemente sobre o poder e seus efeitos e discursos de verdade. Tal pesquisa histórica dos acontecimentos, pensada a partir dos pressupostos foucaultianos, leva-nos a compreender analiticamente como nos constituímos nos sujeitos que hoje somos e como, portanto, podemos fazer e pensar diferente.

A autora traça seu percurso em três capítulos que, didaticamente organizados, contribuem para que a noção de racismo de Estado seja compreendida e pensada a partir de Foucault. No primeiro, sob o título ‘Biopoder: o olhar genealógico sobre a modernidade’, Bernardes trata do pensamento de Foucault nas relações de poder e como seus efeitos nos constituem num projeto positivo de corpos dóceis e economicamente produtivos para, na sequência do mesmo capítulo, observar o poder em suas relações na punição e na repressão.

Para tratar das questões relativas ao biopoder e à biopolítica, Bernardes retoma sistematicamente o pensamento de Foucault em *A Vontade de Saber*, especificamente, no que se refere ao tratamento dado pelo filósofo ao poder soberano de vida e morte sobre os súditos. Estratégia que lhe possibilitou adentrar nas transformações do século XIX, que apontam o jurídico e o médico como dispositivos que levam o político ao biopoder. Segundo ela, somente a partir dessa ordem é que a sociedade alcança sua ‘modernidade política’, apresentada por Foucault como a sociedade da ‘estatização do biológico’. Os corpos entram na esfera política. São agora observados, cerceados, moldados e o poder deixa de ser apenas negativo, produzindo corpos saudáveis, produtivos e dóceis, para regularizar sua sexualidade e sua morte.

A autora ressalta sobremaneira os modos de tratamento do biopoder por extensas notas de rodapé que, se apenas olhadas, podem parecer tediosas, como o são em diversas obras. Contudo, os leitores verão que estas encerram uma riqueza de informações, com excertos de autores e do próprio Foucault que dialogam entre si, complementam e ultrapassam conceitos, levando-nos a compreender como se forma o biopoder.

Assim, pelas considerações de Bernardes, vemos que por meio das disciplinas e das regulações, o corpo passa a ser uma realidade biopolítica, dentro de uma ‘norma’, a ‘norma da disciplina’, a qual imprime ordem à

[...] unidade orgânica (o corpo individual), e [para o qual] a norma da ‘regulação’ assegura o controle dos acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica (o corpo social, a população) (BERNARDES, 2013, p. 51, grifo do autor).

Segundo a autora, talvez, a partir desse processo analítico de olhar e pensar as sociedades atuais, pudéssemos ver essa estratégia biopolítica como um dispositivo de um poder que não é o soberano, mas que é bastante totalitário se o pensarmos como dissolvido em nossas vidas.

No segundo momento do livro, ‘Racismo de Estado: para uma reflexão crítica acerca dos paradoxos da (ir)racionalidade (bio)política contemporânea’, a autora objetiva mostrar ao leitor a pertinência dos conceitos foucaultianos de racismo de Estado para a contemporaneidade. Para tanto, programa nessa sessão observar o Estado em sua face ‘assassina’.

Inicialmente, em sua obra, Bernardes argumentou que para Foucault o racismo de Estado se instalava como um paradoxo do biopoder e agora ela se detém nesse projeto para explicar que os excessos do direito político atual são semelhantes aos do poder soberano, um contrassenso se pensarmos na biopolítica como uma estratégia das democracias de hoje para gerir e assegurar a vida.

Há ainda como paradoxo o fato de que os Estados atuais fomentam a produção de mecanismos e estratégias que preservam a vida e, concomitantemente, produzem tecnologias que a matam. A autora pondera que mesmo diante da emergência do biopoder, o racismo é “[...] um mecanismo fundamental que [...] integra o funcionamento de todos os Estados [...]” (BERNARDES, 2013, p. 69); pois, num Estado de direito (ou um Estado moderno) a conjuntura e os contextos permitem direitos e limites que regulam e normalizam práticas consideradas legítimas. Bernardes também salienta que Foucault entende que o racismo cumpre duas funções: a da fragmentação da continuidade biológica, dividindo e classificando (como em raças, por exemplo); e a noção guerreira de que a morte do outro pode significar minha vida. Tal prática, de acordo com a autora, é muito compatível com o biopoder, na medida em que se o outro, inferior, desaparecer, eu, como forte, tendo a proliferar.

Destacamos ainda, desse capítulo, que a pesquisadora conclui que o racismo, enquanto, ‘função assassina do Estado’ justifica e legitima as condições de aceitação das práticas de tirar a vida do outro, em benefício de uma maioria e da normalização dessa sociedade. Ela segue esta sessão mostrando aos leitores, numa rigorosa apresentação

de exemplos, como o nazismo e o fascismo, discutidos por Foucault, e outros confrontos modernos nos quais sujeitos determinados como ‘inimigos da raça’ ou ‘inimigos da classe’, tornam-se ‘inimigos biologizados’.

Para a terceira e última parte de sua obra, intitulada ‘O sujeito e as resistências: do assujeitamento à subjetivação’, Bernardes apresenta a definição da ‘constituição histórica do sujeito’ dividida em dois planos, o do assujeitamento ou objetivação (atuação das tecnologias que normalizam) e da subjetivação (atuação das tecnologias de si). Assim, nesse capítulo, ela promove a potencialização das possibilidades de esperança na liberdade e na resistência dos sujeitos; mostra, pelas discussões acerca dos preceitos foucaultianos, a possibilidade de ‘outra economia dos corpos e dos prazeres’ e diz que, pela genealogia foucaultiana e seus estudos sobre o poder, há condições de possibilidades de resistência dos corpos assujeitados. Além dessas contribuições, tece comentários sobre os conceitos de ‘governo de si’ e de ‘estética da existência’, baseados nos dois últimos livros (*O uso dos prazeres* e *Os Cuidados de Si*) de Foucault sobre a Antiguidade Clássica Grega e Romana e traz aos leitores vários excertos do filósofo, nos quais ele aponta modos e práticas de resistência, de liberdade e de ação sobre a ação.

Ressaltamos que, como grande contribuição, os leitores da obra de Bernardes poderão perseguir ‘o coração do filósofo’, uma vez que em suas notas de rodapé e em seus vários comentários, a autora busca

seguir, pelas letras em sua obra, o mesmo método analítico, inventivo e comprometido, que Foucault demonstrou ter com seu pensamento e com a sociedade. Problematisa, dessa forma, tenazmente o sujeito, na busca de respostas às inquietações do ser moderno.

Além disso, observamos que o rodapé torna-se para Bernardes seu espaço de discussão com o filósofo, uma espécie de ‘mesa redonda’, em que ela intermedia discussões entre vários pensadores e pesquisadores que debatem com o filósofo e a partir dele as questões que problematizam essa obra sobre a razão governamental de Estado. Há que se considerar, ainda, que ao produzir um texto com tanto rigor referencial, a autora tenha realizado dois trabalhos: o da produção do livro que acabamos de comentar e o da produção de uma quase biografia de Foucault e do ‘pensar diferente’.

Referencias

BERNARDES, C. R. O. **Racismo de Estado**: uma reflexão a partir da crítica da razão governamental de Michel Foucault. Curitiba: Juruá, 2013.

Received on April 15, 2014.

Accepted on April 24, 2014.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.